

**O PAÍS EXIGE
DEMISSÃO DO GOVERNO**

Avançada

CGTP-IN

ANO 5 - N.º 37 - JUNHO 1980 PREÇO 15\$00



NOVIDADES



A REFORMA AGRÁRIA ACUSA

Contém os documentos fundamentais do Tribunal Cívico sobre a Reforma Agrária, incluindo os depoimentos das 41 testemunhas apresentadas ao Tribunal.

Um livro indispensável para o conhecimento da Reforma Agrária e da actual ofensa para a sua destruição.



ALIMENTAÇÃO E SAÚDE

Um livro que ensina a comer melhor com aquilo de que se dispõe.

Elaborado em bases científicas por um médico endocrinologista.

Alimentação e Saúde apresenta ao leitor, de forma acessível e didáctica, o valor nutritivo dos alimentos correntes em Portugal e ensina a combiná-los em refeições que satisfaçam as necessidades vitais do organismo.

POPULARES
LIVRARIAS
CDL

AS SUAS LIVRARIAS

LIVROS NACIONAIS E ESTRANGEIROS • LIVROS
ESCOLARES • DISCOS • CASSETES • ARTESANATO
• POSTERS • SELOS • MEDALHAS • JOGOS
• BRINQUEDOS

ANGRA DO HEROÍSMO
LIVRARIA POPULAR DE ANGRA
Rua Rainha D. Amélia, 78-80 — Angra do Heroísmo

BEJA
LIVRARIA POPULAR DE BEJA
Rua de Mértola, 89 — Beja

COIMBRA
INTERLIVRO
Terreiro da Erva, 6 — Coimbra

EVORA
LIVRARIA BENTO DE JESUS CARAÇA
Rua Alarcova de Baixo, 13 — Évora

FARO
LIVRARIA POPULAR DE FARO
Rua 1.ª de Dezembro, 13 — Faro

LISBOA
INTERLIVRO
Rua Pedro Nunes, 9-A — 1000 Lisboa
CDL
Avenida Santos Dumont, 57-C — 1000 Lisboa
OLIVAIS SUL — LIVRARIA POPULAR DOS OLIVAIS
Rua Cidade de Quelimane, 3-C — Olivais Sul

MARINHA GRANDE
LIVRARIA 18 DE JANEIRO
Rua António Campos Júnior, 3-C — Marinha Grande

PORTO
LIVRARIA AVANTE
Rua de Aviz, 26 — Porto

SANTARÉM
LIVRARIA CAMINHO
Rua Pedro de Santarém — Santarém

SETÚBAL
LIVRARIA MUNDO NOVO
Avenida 5 de Outubro, 180 — Setúbal

VIANA DO CASTELO
LIVRARIA POPULAR DE VIANA
Rua da Picota, 38-40 — Viana do Castelo

VILA FRANCA DE XIRA
LIVRARIA SOEIRO PEREIRA GOMES
Rua Serpa Pinto, 77 — Vila Franca de Xira

DEPARTAMENTO DE VENDA DIRIGIDA
Avenida Santos Dumont, 57-C — 1000 Lisboa

alavaneia

CGTP-IN

N.º 37 - JUNHO DE 1980

Órgão mensal da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses Intersindical Nacional

Rua Victor Cordon, N.º 1, 2.º - LISBOA

Director JOSÉ LUÍS JUDAS

Livros recebidos	4
Editorial	5
Reparação e prevenção dos riscos profissionais	6/7
«AD» agrava os problemas e compromete o futuro	8/9
CGTP-IN participou no XX Aniversário da EFTA	10/11
SITAVA - verticalização do sector da Aviação e Aeroportos	12/13
A Jornada de 21 de Junho «Governo Sá Carneiro para a rua»	14/15
Conferência da ONU sobre a década da mulher	16/17
II Conferência Nacional do MURPI	18/19
A CGTP-IN e o Mundo	20/21/22
Teatro (entrevista)	23
Desporto - Sabotar as Olimpíadas é atacar a sociedade do futuro	24/25
Cinema - Ainda sobre a Profundidade de Campo	26

ESTA EDIÇÃO CONTÉM 28 PÁGINAS

Condições de assinatura

Continente	- Anual (12 números)	165\$00
	- Semestral (6 números)	85\$00
Ilhas (Por avião)	- Anual (12 números)	260\$00
	- Semestral (6 números)	130\$00
Estrangeiro (Por avião)	- Anual (12 números)	500\$00
	- Semestral (6 números)	250\$00

Pedidos à Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
- Intersindical Nacional - Rua Victor Cordon, n.º 1-2.º
1294 LISBOA CODEX

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA VÍCTOR CORDÓN, N.º 1, 2.º 1294 LISBOA CODEX COMPOSTO E
IMPRESSO NA RENASCENÇA GRÁFICA, SARL - RUA LUZ SORIANO, 44 1200 LISBOA DISTRIBUIÇÃO: CDL
- CENTRAL DISTRIBUIDORA LIVREIRA



II Conferência do MURPI - Reformas
dos lutam por condições dignas de
vida



«Sá Carneiro para a rua»... ecoa de
Norte a Sul do País



Jogos Olímpicos - O previsível êxito
de Moscovo atravessado na garganta
do imperialismo

Maria Eduarda de Oliveira — Porto

«Acho que estamos a viver em regime democrático. E penso que numa democracia todas as pessoas podem dizer o que pensam sobre quem governa bem, ou quem governa mal, desde que não ofendam a moral das outras pessoas. E isto sem temor algum, como no tempo da PIDE, em que «era apanhar e calar».

Pensando assim, escrevo hoje para a vossa secção, certa que não deixará de publicar estas considerações, acerca do agravamento assustador do custo de vida que se tem estado a verificar nos últimos tempos, e em especial desde que o Governo que está no poder, o governo AD, tomou nas suas mãos os destinos do nosso país e do nosso povo. Sou assídua leitora da vossa revista «Alavanca» porque acho que é uma publicação que sempre tem defendido os trabalhadores e as suas reivindicações, que sempre tem lutado pela unidade de todos que trabalham, onde quer que seja.

Pensei escrever uma grande carta de protesto contra o governo AD que, estando ainda há tão poucos meses no poleiro, tem feito com que o preço dos artigos de comer, de vestir e de calçar, assim como transportes, correios e telefones (uma lista que nunca mais acabaria), tenham subido de uma forma tão escandalosa que, a bem dizer, uma família modesta, como é a minha, mesmo havendo duas pessoas a trabalhar para a casa, tem de passar necessidades, até mesmo reduzindo a comida para os filhos, para poder-se ir

vivendo, sem que a miséria bata à nossa porta.

Quando vou ao mercado, aos sábados, venho completamente «depenada», e olhando bem para o cabaz, a comida comprada pouco mais dá que para dois ou três dias. Ora, a verdade é que ainda há relativamente pouco tempo, com o mesmo dinheiro comprava o dobro dos artigos. Agora, é raro quando entra carne em minha casa. Não lhe posso chegar... Quanto a queijo, a fruta ou doce, nem vale a pena falar nisso. Só uma vez por ano, em dia de festa, posso fazer dessas extravagâncias...

O que sucede comigo deve suceder com a maioria das donas de casa portuguesas. Este governo da AD parece estar apostado

em não satisfazer as promessas de melhoria de vida para os pobres e para os remediados, prometida quando do Movimento dos Capitães, em 25 de Abril de 1974. Como já vai longe esse dia, em que parece ter nascido um sol novo para os trabalhadores portugueses!

Acho que é preciso que este ou outro governo dê uma nova orientação às leis portuguesas de maneira que venha o dia em que o pobre não conheça somente as grandes dificuldades de viver que até agora está a conhecer. Até acho que os que gritam nas manifestações que o custo de vida aumenta, o povo não aguenta têm inteira razão. Se eu pudesse ir também gritar isso, com os que se manifestam

contra a carestia da vida, iria da melhor vontade. O pior é que tenho as coisas da casa, do marido e de quatro filhos que fazer e cuidar. E isso só o posso fazer de noite e nos fins-de-semana.

Enfim, desculpe o desabafo. Mas acho que o Governo que agora está a governar a Nação não serve. Só é bom para os ricos. E por isso deve dar lugar a outro governo, que seja verdadeiramente a favor de quem trabalha, e não a favor dos ricos, como este é.»

João da Cruz Baptista — Lisboa

A sua carta, há pouco recebida, faz-nos meditar no que nos diz. Talvez o amigo tenha razão. Talvez a não tenha. Mas ficámos a pensar nessas palavras e ficámos a roer o bichinho da dúvida, para, depois, ser eliminado e vir ao de cima o outro que cada um de nós possui segredar-nos ao coração que talvez o que o amigo diz, sugere, afirma, possa de facto ter a sua lógica. Porque, para nós, ser mercenário é ser um criminoso profissional.

Isto é, o seu ganha-pão, se assim se pode classificar, é matar, é ser assassino profissional. E, nestes casos, essas pessoas são até capazes de matar os próprios pais e irmãos — se para lá da barreira da inteligência, da consciência, do humanismo, lhe acenam com milhares de dólares ou de marcos ou, até, de francos.

Gostáramos de transcrever algumas passagens da sua carta. Mas o espaço, por hoje, não nos permite. Possivelmente, volveremos a esta sua carta, em próximo número de «Alavanca».

LIVROS RECEBIDOS

EDITORIAL ESTAMPA

«Plano de Evasão», por Adolfo Bloy Casares, tradução de António Sablar; e «Arte do Ocidente — A Idade Média, Românica e Gótica», por Henri Focillon, tradução de José Saramago — Imprensa Universitária.

INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

«Análise Social» — n.ºs 69 e 60.

EDIÇÕES RÓ

«Recordações de Infâncias», por Sylvan, com a colaboração de Tina Sequeira.

EDIÇÕES O JORNAL

«História» n.º 19.

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

«Boletim Bibliográfico» n.º 46.

DIVERSOS

«Cadernos do Terceiro Mundo» n.ºs 20-21-22 e 23.

Editorial

SE TÊM VERGONHA DEMITAM-SE !...

Este Governo AD, sem vergonha, teima em desprezar a vontade popular.

As lutas crescentes dos trabalhadores nos últimos meses, assim como, as dezenas de manifestações levadas a efeito por todo o País são uma demonstração inequívoca de que cada vez mais o povo repudia e condena as tentativas de subversão do regime democrático e que o espírito da revolução libertadora de Abril, materializado na Constituição da República, corresponde aos mais profundos anseios do povo português.

Os cinco meses do governo Carneiro/Amaral demonstraram bem qual a mudança que a chamada AD pretende impor aos portugueses.

A acção desenvolvida por este governo tem constituído uma dolorosa experiência para os trabalhadores e para a maioria da população.

Prometeu actualizar os salários mínimos nacionais, mas não passou de promessa para ganhar votos;

Promove o aumento geral de preços que depois tenta disfarçar através de medidas pontuais sem significado real;

Prometeu reduzir o desemprego e apresenta na Assembleia da República uma lei do Plano que vai aumentar o número de desempregados sobretudo de jovens e mulheres, ao mesmo tempo que autoriza, na Standard Eléctrica, um dos maiores despedimentos colectivos, depois do 25 de Abril;

Decidiu não actualizar as pensões de 75% dos reformados e, dos restantes 25%, metade tiveram um aumento ridículo de 10 a 250 escudos;

Fez uma lei que permite alargar a prática abusiva de contratos a prazo, aumentando a insegurança no emprego de centenas de milhares de trabalhadores que ficam sujeitos às prepotências dos patrões;

Prepara um «pacote de legislação laboral» que visa liberalizar os despedimentos e tornar pior, para os trabalhadores, direitos como, férias, feriados, faltas e horário de trabalho;

Desenvolve um ataque criminoso à Reforma Agrária, não cumprindo sequer a maldita «Lei Barreto», roubando terras, gados e máquinas às UCPs e Cooperativas, e utilizando a GNR para espancar e agredir homens, mulheres e crianças;

Tenta destruir as nacionalizações, através de leis que permitam devolver sectores aos capitalistas, declarando empresas em situação económica difícil, impedindo uma gestão correcta e um funcionamento eficiente e normal.

A apresentação de 30 pedidos de autorização legislativa, muitos deles sobre matéria da competência reservada da Assembleia da República, e sobre questões como a Lei Eleitoral, a Lei do Referendo, da eleição presidencial, da nacionalidade e da Defesa Nacional, tem em vista alterar as condições democráticas em que devem decorrer as próximas eleições e transformá-las nas mascaradas que existiram no tempo de Salazar e Caetano que permitam a este Governo perpetuar-se no Poder contra a vontade do povo.

A resistência, o repúdio e a condenação que os trabalhadores e a população em geral têm oposto à política deste governo, a adesão que a tão vasto movimento têm vindo a dar todos aqueles cujos sentimentos de justiça social os leva a solidarizarem-se com a luta pela melhoria das condições dos pobres e dos oprimidos, Isola este Governo, diminui substancialmente a sua base de apoio, gera a sua necessária derrota.

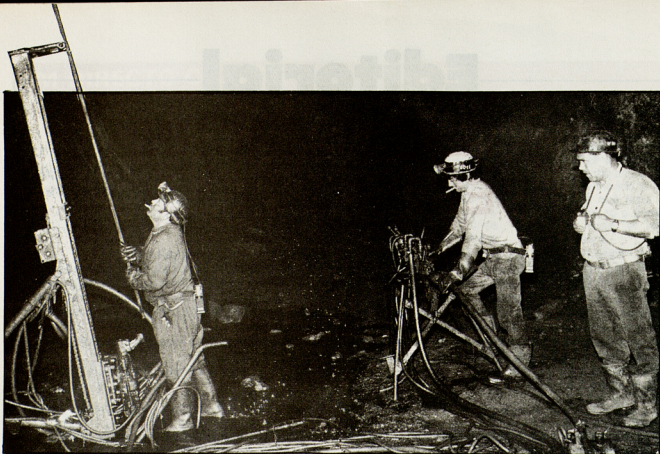
A derrota das forças da direita e da reacção que se congregam na chamada AD, a derrota dos seus projectos revanchistas e restauracionistas exige o nosso empenhamento diário e firme, a nossa luta contra as forças que pretendem destruir o regime democrático.

Este Governo, que quer destruir o regime democrático, que procura subverter a Constituição, que é contra o 25 de Abril, é um Governo que o Povo não aceita.

Este Governo não governa: conspira.

Cada dia que passa é utilizado pelo Governo e pelas forças que o apoiam para prosseguirem a escalada reacçãoária.

Por isso, a luta pela sua demissão é uma exigência nacional.



REPARAÇÃO E PREVENÇÃO DOS RISCOS PROFISSIONAIS

Tratar a problemática da Reparação dos riscos profissionais, implica que se estabeleça a relação com a Prevenção desses riscos, porque uma é consequência da outra e se influenciam reciprocamente, no sentido do saneamento das condições de trabalho existentes.

Algo está errado e merece atenção particular, quando altos índices de evolução da produção nacional aparecem paralelamente a altos índices de sinistralidade, significando que o país está a produzir também silicóticos, surdos, mutilados, mortos, etc., em quantidades industriais, em consequência de riscos e acidentes de trabalho. Contra isto, os trabalhadores portugueses opor-se-ão, com a sua luta.

Reparação

Os trabalhadores contraem doenças profissionais, ficam mutilados, inutilizados, morrem... porque a Prevenção não funciona.

As entidades patronais, responsáveis pelas condições de trabalho nas empresas, transferem responsabilidades para as entidades seguradoras; posteriormente, são accionados os mecanismos legais que vão «reparar» os Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais.

E da aplicação da legislação fundamental por onde se rege a Reparação (1), que saem as pensões de miséria para os criadores de riqueza

nacional: que o digam os mineiros, vidreiros, metalúrgicos, cerâmicos, trabalhadores da construção civil, dos têxteis, etc.

A saída mais ou menos recente de diploma a actualizar (insuficientemente) as pensões e a modificar o seu sistema de cálculo, constitui o reconhecimento oficial da injustiça das pensões devidas e um alento para que se reivindique a transformação da característica do seguro de responsabilidade patronal (ainda que transferido para as companhias seguradoras) para um seguro de responsabilidade de toda a sociedade, ou seja, o Seguro Social.

Vejam os direitos e normas de aplicação da legislação (2) no caso de acidentes de trabalho ou doenças profissionais:

O direito à Reparação compreende prestações em espécie (de natureza médica, cirúrgica, farmacêutica, hospitalar e outras acessórias ou complementares) e em dinheiro (indenização por incapacidade temporária, absoluta ou parcial, para o trabalho ou correspondente à redução da capacidade e ainda pensões aos familiares das vítimas e despesas de funeral, no caso de morte).

Vejamos também alguns aspectos particulares da reparação:

Se o acidente tiver sido provocado dolosamente

pela entidade patronal (falta de condições de higiene e segurança, por exemplo), as pensões e indemnizações podem ir até à retribuição base do trabalhador; assim, os sindicatos

devem requerer ao Ministério Público, junto do Tribunal do Trabalho, um inquérito urgente às circunstâncias em que ocorreu o acidente ou se contraiu a doença. Um

outro aspecto importante a considerar, é que as pensões por incapacidade permanente não podem ser suspensas ou reduzidas; por outro lado, as entidades patronais que empreguem pelo menos dez trabalhadores, são obrigadas a ocupar as vi-

timas de acidentes ao seu serviço, em funções compatíveis com o respectivo estado, quando afectadas de incapacidade temporária de coeficiente não superior a 50% (3) e são ainda proibidas de fazer cessar a relação de trabalho, enquanto o trabalhador se mantiver em regime de incapacidade temporária. (4).

Quanto à Adaptação, Readaptação e Colocação, a lei (5) prevê a utilização de serviços com essas funções: razão para que os trabalhadores e suas organizações reivindiquem que, também aqui, o Estado assumira as suas responsabilidades e cumpra as leis.

Os trabalhadores devem exigir que, se a sua doença foi contraída por causas imputáveis à sua actividade profissional, a mesma seja tratada como tal.

Prevenção

A Constituição da República Portuguesa reconhece o direito dos trabalhadores ao trabalho em boas condições de higiene e segurança (art.º 53.º); reconhece também que todos têm direito à protecção da saúde e o dever de a defender e promover (art.º 64.º) e ainda que todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender, incumbindo ao Estado prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudi-

ciais de erosão (art.º 66.º).

Além da Lei Fundamental, é importante considerar ainda a existência de legislação diversa sobre as condições de higiene e segurança no trabalho

No que diz respeito à defesa das populações, existem disposições legais relativas às atribuições das autarquias (7), e também no que respeita à saúde (8).

Legislação não basta

Não basta que a Constituição determine, os Governos legislem, os Serviços actuem (se actuarem...), para que o ambiente de trabalho deixe de conter riscos para a Saúde e vida dos trabalhadores e da população em geral. Não basta e a realidade é esta: 1975 (segundo dados estatísticos disponíveis) — deficientes acidentados do trabalho, mais de 500.000; doentes profissionais, mais de 100.000; dão-se anualmente mais de 800.000 acidentes de trabalho e doenças profissionais, mil dos quais são mortais, ficando cerca de 100.000 trabalhadores incapacitados para o resto da vida. Tudo isto porque as poeiras, ruídos, gases, fumos, calor, humidade, correntes de ar, etc., aliados a ritmos intensos de trabalho de grande duração e com os trabalhadores sob tensão psíquica constante (é o custo de vida, a inexistência de Segurança

Social e cuidados de Saúde em condições, etc., etc.); porque as máquinas estão desprotegidas, sem os necessários cuidados em termos de higiene e segurança; porque o patronato só está interessado no alto lucro rápido; porque o Estado não cumpre as suas obrigações constitucionais enquanto os trabalhadores, eles sim, sempre eles, cumprem as suas obrigações para com a sociedade, como se constata, trabalhando, mesmo

zar a luta contra os acidentes de trabalho e as doenças profissionais em cada local de trabalho.

Devem ainda responsabilizar as entidades patronais pelas más condições de trabalho na sua empresa, exigindo o funcionamento efectivo dos Serviços de Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho, responsabilizando os órgãos do Estado para que estes exijam das entidades patronais o cumprimento das leis nesta matéria.



à custa da sua saúde e da sua vida, sua única riqueza, seu único bem.

Aos trabalhadores e suas organizações cumpre denunciar as situações de risco no seu ambiente de trabalho, sensibilizar e alertar os outros trabalhadores para essas situações e organi-

Devem exigir inequivocamente que o Estado defina uma política nacional de Higiene e Segurança de Trabalho, que ponha fim à actual situação de vazio e anarquia no tratamento de tão importante problemática para a vida dos trabalhadores e no interesse nacional.

Referências de legislação

- S (1) Lei 2127, de 3.8.65; Decr.-Lei 360/71, de 21.8.65; Decr. 43.189 de 23.9.60; Decr. 434/73 de 25.8.73.
(2) Lei 2127—Base XVII; Art.º 102.º do Código do Processo de Trabalho; no caso da silicose, ainda: Lei 2127 — Base XXVIII; Decr.-Lei 44.308 de 27.4.62; Decr. 44.537 de 22.8.62 e Decr.-Lei 44.999 de 24.4.63; sobre suspensão ou redução de pensões: Art.º 53.º do Decr. 360/71.
(3) Decr. 360/71, Art.º 61.º // (4) 2217 — Base XXXVI
(5) Idem, Base XLVIII // (6) Portaria 53/71 de 3.2.71; Decr.-Lei 46.923 e 46.924 de 28.3.66; Portaria 22.106, de 7.7.66; Despacho de 11.1.67 e Portaria 24.223 de 4.8.69.
(7) Lei 79/77 de 25.10.77, Art.º 62.º, n.º 3 j); Art.º 33.º n); Portaria 6065 de 30.3.29, da Direcção-Geral de Saúde — Dos Alvarás de Licença dos Estabelecimentos Inalubres, Incómodos e Perigosos.
(8) Portarias 498/75 de 18.8.75 e 70A/76 de 9.2.76, do Ministério da Administração Interna, particularmente Art.º 2.º, 2.º; Decr. 163.76 da Secretaria de Estado da Saúde; Lei 56/79 de 15.9.79— Serviço Nacional de Saúde.

TAMBÉM NO PLANO ECONÓMICO

AD agrava os problemas e compromete o futuro

Quem não se lembra, hoje com um sorriso de ridículo nos lábios, das promessas cor-de-rosa dos então candidatos a deputados e outros tais políticos da AD, quando em plena campanha eleitoral, diziam ir transformar a face deste país (para melhor). A troco de um «votozinho» os charlatões da reacção prometiam «mundos e fundos» convencendo muitos portugueses desprevenidos mas sedentos de uma vida melhor, de que esse era o voto certo.

Certamente que hoje não haverá um português bem intencionado, honesto, que não tenha para si bem clara qual a «mudança» prometida por tais charlatões. É de facto uma «mudança» para o 24 de Abril, em direcção a um país do passado que os trabalhadores não permitem voltar mais.

Entre as frentes de ataque deste governo aos trabalhadores, à Constituição e ao regime democrático tem um lugar de destaque a frente económica. É do que hoje tratamos nestas páginas.

Quando o actual Governo tomou posse, e situação económica portuguesa caracterizava-se, no plano conjuntural, pelo elevado nível de desemprego e fracas taxas de crescimento da economia, pelo equilíbrio da balança de transacções correntes com o exterior depois dos «buracos» de 1977 e 1978, pela elevada taxa de inflação causada, segundo os próprios dados oficiais, pelos elevados lucros e pela desvalorização do escudo. No plano estrutural, mantinha-se o atraso e dependência da economia portuguesa mas, com as nacionalizações, estavam criadas as condições para o rápido desenvolvimento dos sectores básicos da economia e poder-se-ia impulsionar o desenvolvimento agrícola, em especial na zona da Reforma Agrária. O Estado dispunha das alavancas fundamentais para promover o desenvolvimento económico e social do País.

Hoje, passados quase seis meses, pode dizer-se que nenhuma medida de fundo foram tomadas e que a actividade, no plano económico deste

Governo, se limitou a alguns campos específicos e muito limitados: controlo de alguns preços, modificações no sistema fiscal de forma a beneficiar os rendimentos médios e altos e campanhas de publicidade (!?) para aumentar o investimento...

E os primeiros resultados que se podem desde já vislumbrar são o **aumento do desemprego e do défice externo, a maior desarticulação do sector nacionalizado, ataques destrutivos às cooperativas da Reforma Agrária, o não cumprimento da Lei das Finanças Locais** com profundas incidências negativas sobre o desenvolvimento regional e as demonstrações da **incapacidade e incompetência**, que as negociações com o Mercado Comum puseram ainda mais a claro.

Estes e outros aspectos têm, no entanto, sido mascarados por uma grande campanha demagógica, abusando dos órgãos de comunicação estatizados, para tentar criar a ideia de que a política do Governo tem conseguido resolver alguns dos problemas económicos.

Que combate à inflação?

O Governo pretende diminuir a taxa de crescimento dos preços para um nível inferior a 20% ao ano, depois da taxa ter atingido 16% em 1975 e ter subido para 24 a 27% posteriormente. O Governo veio mesmo desenvolver considerações «teóricas» de que o ritmo da inflação seria o problema mais grave da economia portuguesa e, conseqüentemente, deveria ser o objectivo prioritário da sua política económica. Mas que medidas se propõe o Governo limitar e quais serão os seus efeitos sobre os trabalhadores?

Foi a partir da reunião ministerial em 1976 da OCDE, organização que reúne os principais países capitalistas, que a inflação erigida explicitamente em objectivo de primeiro plano e o emprego foi relegado para um nível mais que secundário. A partir desta «teoria» foi justificada toda a política de austeridade desenvolvida

contra o nível de vida dos trabalhadores e toda a **estagnação económica**, quer da produção quer do investimento. A partir daquela altura, os governos dos países capitalistas assumiram ainda mais directamente o encargo de garantir o aumento dos lucros e da mais-valia e de inverter a tendência para a melhoria da parte dos salários no Rendimento Nacional.

As medidas que vêm sendo tomadas e que incluem medidas cambiais, p. ex. desvalorização da moeda ou seja, da força do trabalho, medidas salariais, p. ex. os tectos salariais e medidas fiscais, p. ex. desagravamento dos impostos sobre o capital, a riqueza e os rendimentos maiores, têm sido apoiadas também no nosso país, a «conselho» do FMI.

No fundo, todo aquele conjunto de medidas económicas visa criar melhores condições para a acumulação, centralização e concentração de capital, favorecendo as grandes companhias e as multinacionais, levando à falência milhares de pequenas e médias empresas, acelerando a deslocação da produção que as multinacionais têm efectuado.

E, consequentemente, aquelas medidas têm afectado gravemente o nível de emprego, têm gerado a estagnação económica e causado uma distribuição ainda mais injusta da riqueza criada.

E, como os seus ideólogos reconhecem, as políticas de austeridade não os impedem de dizer que a «recessão vai continuar pelo menos até 1985», que o desemprego ainda será maior que agora e que o crescimento económico não será retomado tão cedo...

Claro que, no plano ideológico, o que lhes convém dizer ser este objectivo (inflação) uma forma de defender o poder de compra da população e mascarar as suas medidas concretas contra as reposições de salários ou de congelamento das pensões de reforma.

A realidade económica do mundo capitalista de hoje não é compatível com o idílico cenário da livre concorrência em que o desemprego não existiria porque a lei da oferta e da procura faria com que qualquer trabalhador encontrasse sempre um posto de trabalho pago a um nível médio dos salários.

A realidade é o capital monopolista e o poder das multinacionais, capazes de fixar autonomamente os seus preços e de fazer repercutir os efeitos negativos em empresas mais fracas e nos respectivos trabalhadores.

Ou seja, quem provoca o aumento de preços não é, geralmente, quem é afectado por isso. E as políticas de austeridade têm feito recair sobre os

trabalhadores o peso da crise económica actual — veja-se o aumento do desemprego — e tem beneficiado extraordinariamente os grandes monopólios. É esta a cartilha que o Governo da AD nos quer aplicar.

Que política fiscal?

É sabido que o sistema fiscal português continua, no essencial, a ser o que herdámos do fascismo; que os impostos indirectos que recaem sobre os produtos e serviços contribuem muito mais para as receitas do Estado do que os impostos directos; que a injustiça fiscal não faz pagar mais a quem mais tem e que as receitas do Estado, recolhidas através dos impostos são necessárias ao desenvolvimento dos sectores sociais, habitação, educação, saúde, etc. e dos sectores básicos e infraestruturas.

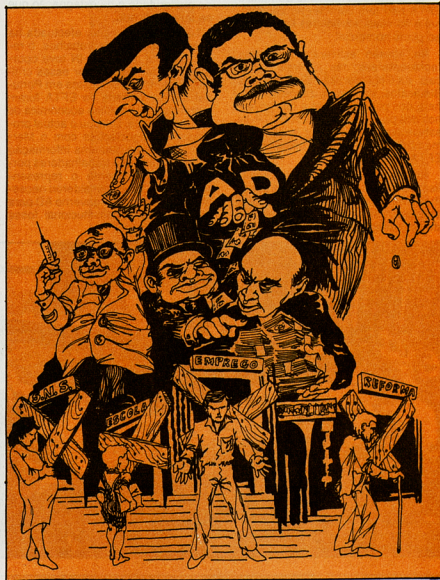
A AD no Governo nada fez para diminuir a injustiça actual da distribuição da carga fiscal, nem para imple-

mentar o imposto único sobre o rendimento, nem para proceder a uma correcta reforma fiscal. Limitou-se a ajustar as taxas dos diversos escalões dos impostos de forma a beneficiar mais os médios e altos rendimentos.

Assim, um trabalhador que ganhe 14 contos por mês poderá ver o seu importo profissional reduzido de 280\$00 pro mês (2%), enquanto que o que tiver 60 contos por mês terá o seu imposto reduzido 3.600\$00 por mês (6%).

Paralelamente os impostos indirectos subiram de forma a manter a mesma repartição injusta e as despesas em sectores mais sensíveis para a população trabalhadora diminuíram em valor absoluto (transportes, habitação e saúde, etc.).

O GE continua a ser utilizado não como um instrumento tendente a promover uma maior justiça social mas como uma forma de **reconcentração do rendimento**.



Que desenvolvimento económico?

É significativo que o ministro das Finanças tenha reconhecido que o Plano para 1980 só prevê a criação, em termos globais de 15 a 18.000 postos de trabalho quando se sabe que haverá mais 30.000 jovens à pro-

cura do 1.º emprego. Ou seja, que o desemprego vai continuar a aumentar.

Este reconhecimento demonstra quanto os objectivos da política económica da direita nada têm a ver com o desenvolvimento económico, a melhoria do nível de vida, o pleno emprego e a segurança económica e social.

Para um país como o nosso, com os índices mais baixos da Europa,

apresentar um Plano para 1980 em que o máximo que se prevê (que não quer dizer que seja atingido) é o que os países mais desenvolvidos da Europa estimam para si próprios (3%), significa que o fosso existente se vai aprofundar ainda mais e que as necessárias transformações estruturais tendentes a modernizar e dinamizar o nosso aparelho produtivo se vão adiar e comprometer para um futuro cada vez mais distante.

CGTP-IN PARTICIPA NO XX ANIVERSÁRIO DA EFTA

Nos passados dias 11 e 12 de Junho realizou-se, na Suécia, uma sessão comemorativa do XX aniversário da EFTA-Associação Europeia do Comércio Livre, de que são membros Portugal, Suécia, Noruega, Finlândia, Islândia, Áustria e Suíça.

Ao contrário do Mercado Comum, a EFTA não tem carácter supranacional e as suas actividades limitam-se ao plano comercial.

Na sessão estiveram presentes representantes das centrais sindicais, da Confederação Europeia dos Sindicatos, das organizações patronais, dos parlamentares e dos governos dos países membros. A CGTP-IN esteve representada por Vasco Cal, membro da Comissão Consultiva da EFTA desde 1975.

Na debate sobre a crise do capitalismo e os seus efeitos sobre os trabalhadores, os representantes sindicais criticaram severamente as políticas de recessão que os governos têm

aplicado e apoiaram a necessidade de transformações estruturais, contra o poder das multinacionais, pela planificação económica e o desenvolvimento regional com vista a conseguir-se o pleno emprego. Para isso é necessário promover políticas de desenvolvimento económico em lugar da austeridade e da estagnação que se tem verificado.

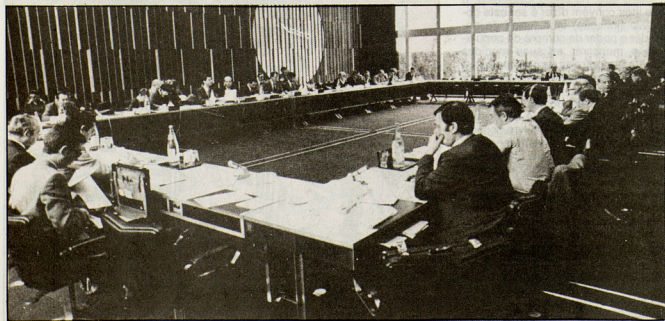
Na sua intervenção, efectuada na primeira sessão dos trabalhos, o representante da CGTP-IN teve oportunidade de desenvolver essas críticas e referir que os efeitos em Portugal da sua entrada na EFTA foram marcados pela política económica do regime fascista. Criticou o actual processo de negociações com o Mercado Comum e deu uma informação sobre as lutas dos trabalhadores portugueses. Finalmente o representante da CGTP-IN considerou necessária a demissão do governo AD para que o projecto constitucional fosse respeitado.

Contactos com emigrantes

Além da participação na reunião da EFTA, foi possível ao representante da CGTP-IN ter encontros com grupos de emigrantes de Haia, Amsterdão, Estocolmo e Malmoe.

Nestes encontros, para além do debate da situação em Portugal, foram revistos os problemas particulares dos emigrantes.

O representante da CGTP-IN teve oportunidade de ouvir o descontentamento e o ataque à política reaccionária e demagógica da AD face aos emigrantes, nomeadamente no que respeita às medidas da taxa de câmbio do escudo, as ilegalidades do reencasamento em alguns centros consulares, etc.



O fatalismo conservador com que os diversos responsáveis pela política económica têm encarado a evolução da crise internacional do capitalismo e as suas repercussões em Portugal e têm encarado o atraso da estrutura produtiva e as limitações do mercado interno são consequência da sua ideologia reaccionária e da absolutização das regras da economia capitalista.

Em vez de verificarem que as políticas de austeridade nada têm resolvido mas agravado os problemas económicos e que portanto têm de ser substituídas, tiram a conclusão inversa e propõem-se intensificar ainda mais esse tipo de política justamente classificada em Portugal como política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista.

Em vez de aproveitarem as potencialidades abertas pelas nacionalizações, a Reforma Agrária e a participação dos trabalhadores para promover a planificação económica e criar um quadro de estabilidade económica capaz de incentivar o investimento tem aproveitado para atacar cegamente, de forma revanchista, as conquistas da Revolução e comprometer assim o futuro do país.

Em vez de diversificar as relações externas, de procurar e conquistar novos mercados, tem concentrado em cada vez menos países e menos produtos as exportações de cada vez menos empresas, das mais poderosas.

As grandes empresas privadas e as multinacionais têm sido as principais beneficiárias desta política que até é justificada pela necessidade de concentrar mais riqueza nas mãos de menos para promover o investimento.

No entanto, o que se verifica é a reconcentração do rendimento efectuar-se a par da diminuição do investimento que em 1979 baixou 2% em termos reais.

Neste contexto, até era fácil «promover a recuperação do investimento» como a AD pretendia, mas que na prática não tem conseguido.

Em resumo, podemos caracterizar a política económica da AD como uma política demagógica, que tem conduzido ao agravamento dos problemas económicos, disfarçado com medidas pontuais e limitadas; política reaccionária de enfundamento aos interesses do imperialismo e do grande capital; política incompetente que tem sido incapaz de promover o desenvolvimento equilibrado do país e das diversas regiões.

As grandes manifestações de 21 de Junho demonstraram quanto a compreensão desta situação é profunda e quanto é válida, até para o desenvolvimento do país, a exigência de substituição deste Governo.

ACABA DE SAIR

**NOVIDADE
LITERÁRIA**

**“TRÊS DIAS
DE INFERNO”
(Uma história
da Emigração)**

de A. VICENTE CAMPINAS

Preço: 200\$00

Caixa Postal 2740-1118

— LISBOA Codex

RECTIFICAÇÃO

Pede-nos o Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Serviços Municipalizados, com sede no Porto, que esclareçamos que, ao contrário do que, por lapso, noticiámos no n.º 34 de «Alavanca»,

— Este Sindicato não é do Distrito do Porto, mas sim Nacional; e que

— Não participou no III Congresso da CGTP-IN como efectivo mas sim na qualidade de observador.

Aqui fica, pois, a devida rectificação, com o pedido das nossas desculpas pelo lapso havido.

Sindicato Vertical dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos

A formação de um sindicato vertical de âmbito nacional para todo o sector da aviação e aeroportos pode considerar um passo dos mais importantes no campo da reestruturação sindical e é com certeza o único processo que pode unir todos os trabalhadores numa mesma estrutura representativa de um dos mais importantes sectores da economia nacional e reforçará grandemente a capacidade de intervenção de todos os abrangidos, na resolução dos problemas que lhes dizem respeito em particular os contratuais, consolidando e melhorando no que for possível os contratos já existentes nalgumas empresas, negociando e acordando convenções nas empresas do sector onde não existem.

Foram vários os motivos e razões que apontaram para a criação de um Sindicato Vertical que não sendo uma ideia nova, será fruto de uma concepção sindical seguida há muitos anos por milhões de trabalhadores e que na prática tem dado os melhores resultados.

É também uma aspiração muito velha de muitos trabalhadores do sector que conta com alguns activistas sindicais, cuja prática já foi testada na luta sindical durante o antigo regime contra as direcções administrativas impostas aos trabalhadores pelos governos fascistas. Sendo também essas lutas pela liberdade sindical, de reunião e informação uma componente para o surgimento do 25 de Abril, que trouxe aos trabalhadores a possibilidade de se organizarem em sindicatos fortes em que os associados se sentissem participantes, foi criada uma vida nova que alterou profundamente o comportamento de muitos milhares de trabalhadores.

É evidente que a situação de dispersão imposta antes do 25 de Abril — em que imperava o conceito de sindicatos horizontais (de profissão) — não tinha origem na vontade dos trabalhadores e tinha como fim impedir a unidade

na luta por melhores condições de vida e trabalho.

Não tendo sido possível eliminar esta situação imediatamente após o 25 de Abril tendo-se até, lamentavelmente, nalgumas empresas, esta situação agravado com o surgimento de alguns sindicatos que na grande maioria dos casos tinham origem em forças estranhas aos trabalhadores; por outro lado, caso houvesse em que alguns sindicatos profissionais conseguiram melhorar as condições de vida dos seus associados, devendo-se isto também a erros cometidos que não tendo em conta certas categorias profissionais específicas se deixaram ao abandono, desenquadradas do conjunto dos restantes trabalhadores, criando-lhes a ideia de que sozinhos resolviam melhor os seus problemas.

Há outras empresas em que isso não aconteceu. O trabalho positivo realizado nas empresas de Aviação Estrangeira, através de alguns activistas sindicais dinâmicos e prestigiados e com uma prática sindical justa, levou a que mesmo antes do 25 de Abril, conseguissem a verticalização sindical, unindo-se todos os trabalhadores num mesmo sindicato independente-

mente das profissões ou categorias profissionais, filiando-se no sindicato maioritário do sector, o que lhes trouxe grandes vantagens, permitindo-lhes conquistas que, como é natural, lhes são muito queridas, tanto no campo da contratação colectiva como no das regalias sociais. Talvez por esse motivo, têm sido estes trabalhadores aqueles que menos sentiam a necessidade desta reestruturação sindical, que para eles era uma incógnita como sindicato novo, pois apesar de estarem num sindicato horizontal que representa trabalhadores de vários sectores de actividade, nomeadamente como a Marinha Mercante (sector Terra), Agências de Viagens, Agências de Navegação, Agentes Transitários, Pescas, Secas de Bacalhau, etc... e ainda os trabalhadores das 22 empresas de Aviação Estrangeira que operam no nosso país e apesar de não sentirem grandes afinidades com outros sectores de actividade como por exemplo, as pescas, a verdade é que é lá que eles estão unidos, usufruindo de uma certa autonomia dentro do sindicato com trabalhadores de algumas destas empresas de aviação na direcção.

Na SATA a situação é praticamente a mesma, estando estes trabalhadores filiados no mesmo sindicato.

Na ANA-EP a situação já é diferente pois só recentemente os trabalhadores puderam sindicalizar-se tendo-se filiado na Função Pública e Sindicato da Marinha Mercante, sendo ainda grande o número de trabalhadores não sindicalizados.

Na TAP, conseguiu-se a verticalização contratual no primeiro ACT em 1970, continuando os trabalhadores a ser representados por mais de 20 sindicatos; não sendo possível criar condições para a verticalização sindical, os trabalhadores tinham que dar prioridade às lutas que então desenvolviam e tinham que, necessariamente, estar todos unidos pois para além do patronato enfrentavam um outro inimigo que era o fascismo.

Com a conquista das liberdades a luta por melhores condições de vida e trabalho continuou, mas deixou de existir a ditadura e os trabalhadores salutarmente fizeram opções políticas o que, inevitavelmente, dividiu grande número de activistas sindicais, que não sabendo separar as suas opções politico-partidárias das opções politico-sindicais não criaram

S condições para a verticalização reduzindo o número de sindicatos indo ao encontro do desejo de grande parte dos trabalhadores. Enveredou-se por alguns caminhos, que pareciam melhores, mas tinham muitos mais espinhos. De cerca de vinte (20) sindicatos, passou-se em pouco mais de um ano, para cerca de trinta (30), sendo mais de metade deste sindicatos representativos de menos de trinta (30) sócios. Este facto representa um enfraquecimento na capacidade de defesa dos direitos alcançados e simultaneamente na capacidade reivindicativa. A título de curiosidade acrescenta-se que na revisão de 1979 foram entregues à TAP nove propostas salariais diferentes pelos sindicatos.

Era inevitável a proposta de criação deste sindicato, que muitos dizem ser tardia, mas quando foi possível, partiu de dirigentes sindicais de sindicatos que representam a quase totalidade dos trabalhadores da SATA, ANA-EP e Aviação Estrangeira e da grande maioria da TAP.

Os proponentes sempre afirmaram que não seria mais um sindicato, a sua formação só seria uma realidade se a esmagadora maioria dos trabalhadores expressamente o quisessem.

Estavam conscientes dos problemas que se iriam levantar desde dúvidas ao projecto colocadas por poucos trabalhadores que, só agora acreditam na realidade, até algumas calúnias lançadas para fazer confusão nalguns trabalhadores, felizmente também poucos.

Assumimos as responsabilidades porque sabemos que não há obstáculos impossíveis de ultrapassar, por maiores que sejam, quando os trabalhadores querem participar, com diálogo aberto e fraterno, com uma forte unidade e uma prática democrática.

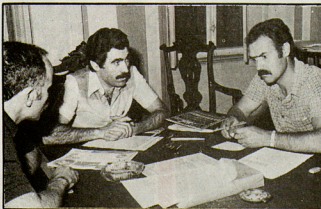
Tornou-se fácil definir os objectivos com a participação dos que quiseram, nas numerosas reuniões, plenários realizados, convidando a participar, logo no início do

PROGRAMA DE ACÇÃO DA COMISSÃO INSTALADORA DO SITAVA Extractos

(...) Levar à prática uma ampla campanha de sindicalização, concretizando no mais curto espaço de tempo a transferência dos trabalhadores dos seus sindicatos actuais ou sindicalizando os que não estão filiados em nenhuma. É conveniente esclarecer que até se atingir a normalidade, se devem considerar em funções todos os actuais delegados sindicais, cabendo-lhes nesta tarefa uma responsabilidade especial. Criar nas instalações previstas para a sede do SITAVA (R. da Palma, 278, 2.º) condições mínimas de funcionamento, dotando-as não só do equipamento necessário mas também dos trabalhadores que se mostrarem indispensáveis, tudo isto tendo bem presentes as responsabilidades e compromissos existentes com o Sindicato dos Trabalhadores de Terra da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pescas. De igual modo, haverá que instalar as delegações, de forma a que num prazo tão curto quanto possível, possam as mesmas funcionar eficazmente.

Criar um gabinete de contratação, dotado dos meios técnicos indispensáveis a um eficaz acompanhamento da actividade mais importante do sindicato: a defesa dos interesses contratuais, dos seus associados. Aliás e de imediato deverá o SITAVA começar a intervir directamente nos processos de negociação em curso e iniciar a preparação dos próximos.

Manter uma informação permanente com os trabalhadores, através dos meios considerados necessários, melhorando os canais de distribuição actualmente existentes. Deverá tão cedo quando possível o SITAVA editar um jornal para os seus associados, dando cumprimento à alínea c) do Artigo 10.º dos Estatutos.



Membros da Comissão Instaladora de Sindicatos inscritos na CGTP-IN

processo, todas as direcções de sindicatos que representam trabalhadores do sector, independentemente da forma como surgiram esses sindicatos.

Preferencialmente viramos as nossas atenções para o contacto directo com os trabalhadores, mas dado o facto de o nosso sector ter características particulares, designadamente trabalho por turnos e dispersão geográfica, procuramos outras formas de contacto de molde a que todos os trabalhadores se pronunciassem e dessem o seu contributo enriquecendo assim, as decisões tomadas. Por ex: através de um inquérito distribuído nos locais de trabalho, nos plenários e pelos delegados sindicais onde era possível criticar o que se pensava estar mal e dar sugestões para melhorar.

Foi a Comissão Dinamizadora que coordenou estas acções necessárias à criação deste sindicato e concluindo o seu trabalho como Comissão no dia da formação do sindicato.

Os resultados estão à vista: a percentagem de votantes SIM ao sindicato e às propostas apresentadas podemos dizer que são das mais elevadas de sempre em processos deste género. A percentagem de votantes, por locais, mais baixa é de 30,2; a mais elevada é de 60,8 sendo a média de 44. A percentagem global de SIM mais baixa é de 76%, a mais elevada de 93% sendo a média de 87%.

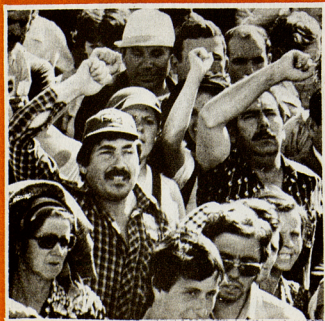
São resultados elucidativos da correcção do trabalho na preparação do anteprojecto de propostas que quando se tornavam propostas já tinham quase o consenso de todos os trabalhadores.

Os Estatutos aprovados reflectem o sentir dos interessados: além de defenderem a coordenação da actividade sindical na Aviação consagram, no entanto, a autonomia que os trabalhadores nas diferentes empresas hoje possuem.

O lema fundamental utilizado foi e deve de ser a **unidade**. Estamos convictos que é o princípio para tornar cada vez mais forte o SITAVA.



GOVERNO SÁ CARNEIRO ... PARA A RUA





A resistência, o repúdio e a condenação que os trabalhadores e a população em geral têm oposto à política deste Governo, a adesão que a tão vasto movimento têm vindo a dar todos aqueles cujos sentimentos de justiça social os leva a solidarizarem-se com a luta pela melhoria das condições dos pobres e dos oprimidos, isola este Governo, diminui substancialmente a sua base de apoio, gera a sua necessária derrota.

O que inevitavelmente acontecerá, enquanto este Governo estiver no poder, é o ataque sistemático aos nossos interesses e direitos, a degradação das nossas condições de vida e trabalho, o aumento do desemprego, da inflação e da repressão patronal.



Os trabalhadores e o povo português têm a certeza de que a resolução dos problemas do País passa necessariamente pela demissão deste Governo.

As manifestações realizadas em 21 de Junho demonstram o crescente isolamento deste Governo e constituem uma pesada derrota para as forças que o apoiam.



CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A DÉCADA DA MULHER

De 14 a 30 de Julho, realizar-se-á em Copenhague, na Dinamarca, a Conferência das Nações Unidas sobre a Década da Mulher.

1975 foi o Ano Internacional da Mulher, por deliberação da ONU, que definiu os dez anos seguintes (1976-85) como Década da Mulher, orientada em função de três grandes temas: Igualdade, Desenvolvimento e Paz.

A Conferência do Ano Internacional da Mulher (no México), adoptou um Plano de Acção Mundial que aponta para a construção duma sociedade onde as mulheres participem plenamente na vida económica, social e política; é um plano dirigido essencialmente aos governos, mas também às organizações de mulheres e juventude, às entidades patronais e sindicatos, aos órgãos de comunicação social, etc., para que se empenhem em atingir os objectivos do Plano, nomeadamente legislando de acordo com as convenções internacionais sobre os direitos da mulher.

A Conferência de Copenhague destina-se essencialmente a avaliar os progressos alcançados e os obstáculos encontrados, na realização dos objectivos do AIM consubstanciados no plano de Acção Mundial durante os primeiros cinco anos da Década e a programar a acção para 1980-85.

Objectivos mínimos para os primeiros 5 anos

Para que se reflita sobre os progressos alcançados e obstáculos encontrados, sintetizamos os objectivos mínimos definidos para a primeira metade, que agora se cumpre, desta Década da Mulher:

- intensificar a alfabetização e instrução cívica das mulheres, em particular nas zonas rurais;

- estender às trabalhadoras e aos trabalhadores dos sectores agrícola e industrial a formação profissional mista nas técnicas de base;

- assegurar a igualdade de acesso a todos os níveis do ensino e tomar medidas necessárias para evitar o abandono escolar precoce;

- aumentar as possibilidades de emprego para as mulheres, reduzir o desemprego e redobrar es-

forços, a fim de eliminar a discriminação nas condições de emprego;

- promulgar leis sobre a igualdade em matéria de direito de voto e de elegibilidade;

- encorajar uma maior participação das mulheres na vida política a nível local, nacional e internacional;

- prever e encorajar medidas globais relativas à educação, serviços sanitários, de higiene, de nutrição, de educação familiar, de planeamento familiar e outros serviços sociais;

- reconhecer valor económico ao trabalho das mulheres tradicionalmente não remunerado, seja doméstico, da produção e comercialização alimentar em casa, ou de actividades benéficas;

- orientar a educação escolar, extra-escolar e permanente, de maneira a reavaliar o papel do homem e da mulher, a fim

de assegurar a ambos o pleno desenvolvimento da sua personalidade, na família e na sociedade.

Evidentemente que alguns destes objectivos implicam profundas transformações sociais, concretamente no caso português, apesar da existência, desde 1976, duma Constituição da República onde cabem todos os objectivos enunciados, estamos longe de ter alcançado muitos deles, em consequência do desrespeito que a Constituição tem merecido a alguns governos, com especial relevo para o da «AD»: as transformações necessárias para uma vida melhor, mais justa, sem discriminações de qualquer espécie, nomeadamente de sexo, passam pela substituição deste Governo por um outro, que esteja ao serviço do povo.

As conquistas das mulheres são permanentemente ameaçadas, a pró-

pria Constituição e legislação dela decorrente a construção duma sociedade nova, estão ameaçadas pela reacção no poder.

Em Julho, em Copenhague

O plano de acção a definir pela Conferência para 1980-85, anunciará objectivos e estratégias (nacionais, regionais, internacionais) para a integração e participação das mulheres no desenvolvimento económico e social, designadamente nos aspectos de Emprego, Saúde e Educação.

Paralelamente à Conferência, Intergovernamental, decorrerá um Fórum das Organizações não governamentais de Mulheres, onde Portugal será representado pelo Movimento Democrático de Mulheres e pela Organização das Mulheres Socialistas. No

passado mês de Maio realizou-se em Lisboa um encontro preparatório, promovido pela Comissão da Condição Feminina, com as suas organizações consultivas (entre as quais a CGTP-IL), o qual funcionou em três secções subordinadas aos já referidos subtemas da Conferência.

A discriminação da mulher inerente à lógica do sistema capitalista, revestiu-se, no que respeita às mulheres portuguesas, de formas graves radicadas em quase cinco décadas de fascismo; com o 25 de Abril, grandes progressos foram alcançados, como noutros momentos temos referido detalhadamente, em termos de benefícios económicos e legislativos nomeadamente, mas há um muito longo caminho a percorrer.

No concreto, quanto a Emprego, Educação e Saúde, o panorama está muitíssimo longe de se apresentar minimamente satisfatório:

Emprego — as mulheres constituem mais de metade dos desempregados e dos candidatos ao primeiro emprego, segundo dados estatísticos do INE relativos aos dois últimos anos; segundo ainda os mesmos dados, entre as trabalhadoras, cerca de um terço está ao serviço de familiares, sem remuneração, enquanto as restantes ocupam a maioria dos postos de trabalho menos qualificados e, portanto, pior remunerados.

Educação — conforme se podia ler no número anterior da nossa revista, de acordo com os últimos dados globais disponíveis, a taxa de analfabetismo entre a população feminina adulta é superior a 30%, constituindo mais de metade do conjunto dos analfabetos, enquanto a grande maioria das mulheres escolarizadas apenas tinha frequentado o ensino primário, com acesso ao superior da ordem de 1,5%. Ao mesmo tempo, a formação profissional é quase inexistente e reduzida a um pequeno leque de profissões ditas «femi-

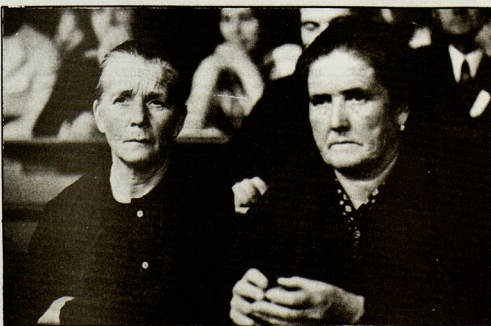
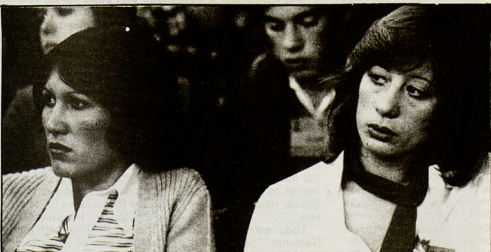
ninas».

Saúde — além das carências que afectam toda a população neste domínio — ao nível da sanidade, higiene, nutrição —, as medidas referentes às necessidades específicas da mulher, como serviços de ginecologia e parto, assis-

tência pré-natal e pós-natal, planeamento familiar, etc., estão longe de corresponder às necessidades elementares da generalidade das mulheres.

A Conferência deopenhague será, portanto, mais um contributo para o debate, a reivindicação, o

avanco na evolução da situação das mulheres de todo o mundo na sua caminhada para a condição de cidadãs por inteiro e ao mesmo tempo um contributo para a eliminação das desigualdades, para o progresso e a paz mundiais.



II CONFERÊNCIA NACIONAL DO MURPI



Para que a força de um povo possa ser uma voz poderosa, escutada e entendida, um osso duro de roer para os seus (des) governantes, e alcançar a satisfação das suas justas reivindicações, é preciso que se verifique uma indestrutível unidade desse mesmo povo. Quer se trate de homens e mulheres, trabalhadores, que produzem a riqueza do país, quer se trate de jovens trabalhadores ou trabalhadores-estudantes (riqueza futura de uma nação), quer se trate de pessoas da chamada terceira idade (riqueza que o foi no passado), existe um laço comum entre todos eles, povo, que faz com que a sua força tenha de ser respeitada e aceite com a merecida consideração pelos poderes públicos. Essa força tem a singeleza e a robustez da palavra: UNIDADE.

Uma prova (mais uma) que nos foi dada não só ao povo português mas também a muitos povos desta Europa de hoje, doente de capitalismo, em muitos países dos quais nem sempre existe, devidamente organizada e decidida, a força da terceira idade, disposta à luta pela defesa dos seus justos direitos, verificou-se em 31 de Maio de 1980, no excelente e bem decorado Pavilhão do Sacavenense, em Sacavém.

De facto, o MURPI (Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos) efectuou ali, durante todo o dia, o seu II Encontro Nacional. Foi um acto de elevado espírito cívico, onde se debateram sérios problemas que preocupam, agora mais que nunca, os membros da terceira idade, que têm de suportar, ainda mais que os trabalhadores em actividade, o peso de uma política decadente de recuperação capitalista levada a cabo por este (des)governo de Sá Carneiro/Freitas do Amaral e que, por isso mesmo, cada vez mais espezinha as suas vi-

timas — os produtores da riqueza do país, os de ontem e os de hoje, e que pretende manter a mesma desgraçada situação de injustiça, na tentativa de tornar mais escravos e humilhados os produtores da riqueza nacional de amanhã.

Todo este II Encontro Nacional decorreu em ambiente de compreensão, de fraternidade e de unidade. Ao alto do enorme salão viam-se longas faixas de pano com dizeres referentes ao movimento unitário da terceira idade. «Os reformados lutam pela Constituição de Abril!», «Como viver com 1.800\$00?», «Contra pensões de miséria!». E a bela e felicíssima legenda, que serve de bandeira fundamental ao MURPI: «Só o Portugal de Abril respeitará o Outono da Vida!».

Formada a mesa que presidiu à sessão e aprovada por unanimidade e aclamação uma proposta de alteração à prevista «Ordem de trabalhos», um grupo de crianças distribuiu cravos vermelhos aos assistentes, delegados e

convitados, num gesto bastante simpático e digno de referência.

O presidente da mesa informou, então, como iriam decorrer os trabalhos e pôs à aprovação os nomes dos três elementos que formariam a Comissão Eleitoral. Haveria seis mesas de voto, com a colaboração de doze membros do apoio a esse II Encontro. Explicou as razões que tinham levado os responsáveis do MURPI a anteciparem de um ano a efectivação deste II Encontro, previsto aquando do 1.º Encontro para 1981, isto é, o brutal agravamento do custo de vida e as dificuldades que isto originou entre os reformados e pensionistas, pois os preços dos artigos de primeira necessidade subiram numa percentagem incompatível com o valor auferido das reformas e pensões.

Foi posto à discussão e à aprovação o Relatório de Actividades e contas, o qual foi aprovado por unanimidade e aclamação. Depois, foi lido, discutido e aprovado, por unanimidade, o Caderno Reivindi-

cativo, essa importante arma que dará aos membros do MURPI a força necessária para levarem avante a sua luta unitária por melhoria de vida.

Um dos membros da mesa que presidia aos trabalhos lamentou que, embora tivessem sido convidados os órgãos da Comunicação Social para a cobertura deste Encontro, nem a rádio, nem a televisão se dignaram achar conveniente cobrir esta importante realização da 3.ª idade. Isto é, não ligaram importância a algo que diz respeito a um milhão e seiscentos mil membros da comunidade portuguesa!

Informou-se, também, que estavam à disposição dos presentes duas equipas de enfermeiros e membros da Corporação dos Bombeiros locais. E que, entre o 1.º e o 2.º Encontros, tinham dado a sua adesão ao MURPI uma centena de organizações de reformados e pensionistas de vários distritos, entre os quais de muitas vilas e cidades de Aveiro, Beja, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Leiria, Lisboa, Porta-

legre
Setul
e Vi
já, qu
são o
cente
zação
lhada
As
deste
nizaç
terce
das p
tamb
convl
o Pat
A
lhos
tava
tos
nesso
vene
propo
aos E
fim
harm
ment
peita
dificu
este
nos c
em d
dos e
foram
com
segu
Te
dos c
moç
cou à
cio a
vário
tal ef
num
Essa
segu
atenç
terror
aplau
Entre
granda
funda
forço
cont
ment
idade
disse
unida
a es
outr
estej
nia c
dos
cieda
prod
para
O rep
nheir
pass
venç
aplau
cia: «

legre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo e Vila Real. E sabia-se já, que iriam dar a sua adesão ao MURPI mais uma centena de outras organizações da 3.ª idade espalhadas pelo País.

Assistiram aos trabalhos deste Encontro 202 organizações de membros da terceira idade, representadas por 600 delegados e, também, cerca de 2.000 convidados, vindos de todo o País.

A medida que os trabalhos decorriam, aumentava o interesse de quantos estavam presentes nesse enorme salão sacavenense. Quando foram propostas as alterações aos Estatutos do MURPI, a fim de actualizá-los de harmonia com o agravamento das questões respeitantes ao aumento das dificuldades criadas por este e outros (des)governos que tanto mal têm feito em desfavor dos reformados e idosos, as propostas foram aprovadas, apenas com uma abstenção e, a seguir, por aclamação.

Tendo sido interrompidos os trabalhos para o almoço, a sessão recomeçou às 14 horas, com o início das intervenções dos vários delegados, que para tal efeito se tinham inscrito, num total de 50 inscrições. Essas intervenções foram seguidas com a maior atenção, algumas delas interrompidas com vigorosos aplausos da assistência. Entre muitas frases com grande interesse, sempre fundadas em apelos ao reforço da unidade e da combatividade de todos os membros da terceira idade, um dos delegados disse, a certa altura: «**Só unidos poderemos impor a este ou a qualquer outro governo leis que estejam mais de harmonia com as necessidades dos que já deram à sociedade portuguesa o produto do seu esforço para a riqueza do País.**». O representante de Castanheira de Pera, numa feliz passagem da sua intervenção, afirmou, muito aplaudido pela assistência: «**A reforma não pode**

ser um castigo, mas sim um justo prémio a quem produziu riqueza para o País durante uma vida inteira.»

Todos os intervenientes condenaram unânime e vigorosamente o (des)governo AD pelas injustiças aplicadas aos idosos e reformados com promessas demagógicas de melhoria da sua vida, quando, na realidade, tem actuado de maneira a tornar cada vez mais difíceis as possibilidades de sobrevivência das pessoas que estão no Outono da vida, forçando-as a viver na miséria, a morrer lentamente, com reformas e pensões irrisórias e incompatíveis com a realidade económica portuguesa.

Entretanto, um grupo de pioneiros do Núcleo Maria Machado, de Sacavém, entregava na mesa da presidência um ramo de

flores e uma saudação da Comissão de Reformados da Reboleira, acto que foi fartamente aplaudido pela assistência.

Representando a CGTP-IN, esteve presente José Ernesto Cartaxo, membro do seu secretariado, que, durante os cinco minutos estabelecidos pela mesa para os oradores, saudou em nome da Intersindical todos os presentes, salientou o reflexo social que esse 2.º Encontro representava para a população portuguesa, lembrando que os jovens de hoje têm de ajudar a reforçar a luta dos membros da terceira idade — situação a que os jovens de agora terão, um dia, de chegar.

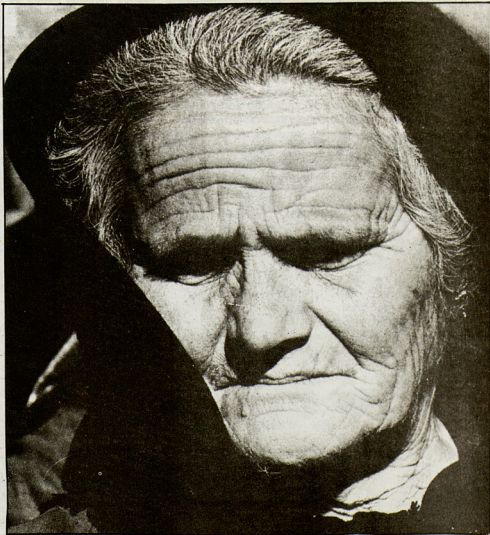
Procedeu-se, a seguir, à eleição dos novos corpos gerentes para a comissão directiva que irá tomar

posse os seus ombros a responsabilidade de orientação do MURPI. Houve apenas uma lista a concorrer, apresentada pela direcção cessante. O resultado foi o seguinte:

Listas entradas	390
Votos nulos	9
Votos contra	1
Votos a favor	380

Uma parte dos delegados, com direito a voto, havia entretanto regressado para as suas localidades, pois que os autocarros em que tinham vindo tinham horas precisas para o retorno.

Aparte este percalço, toda esta jornada do 2.º Encontro Nacional do MURPI foi a expressão do melhoramento de um trabalho de organização e de alargamento da unidade dos reformados, pensionistas e idosos de Portugal.



Conferência sindical internacional de solidariedade com a Síria

Realizou-se em Damasco, capital da República Árabe da Síria, de 19 a 21 de Maio, uma Conferência Sindical Internacional de Solidariedade com a Síria, no decorrer da qual foram analisadas as manobras do imperialismo e do sionismo na região e foi manifestada a solidariedade do Movimento Sindical Internacional à luta que

os trabalhadores sírios e o seu Movimento Sindical vêm desempenhando no apoio à causa palestina e à paz no Médio Oriente. A convite da Confederação Internacional dos Sindicatos Arabes (CISA), a CGTP-IN fez-se representar por José Manuel Carinhas, chefe-adjunto do Departamento Internacional.

IX Congresso da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas da Guiana

Realizou-se em Zeburg, na Guiana, em 14 e 15 de Junho, o IX Congresso da Federação dos

Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas da Guiana. Embora convidada, a CGTP-IN não pôde estar representada no Congresso devido à intensa actividade internacional desenvolvida nesse período, tendo todavia o Secretariado Nacional enviado a seguinte mensagem:

«Desejamos os melhores resultados para o vosso Congresso, tendo em vista a defesa do controlo operário, dos direitos sindicais e da democracia do vosso país e, bem assim, para a vossa luta contra as condições impostas pelo FMI e pelo imperialismo».

Sindicalista espanhol condenado a seis anos de prisão

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional tomou conhecimento da condenação a seis anos de prisão, do dirigente da Central Sindical espanhola, «Comisiones Obreras», camarada García Salve, acusado de delito de Imprensa.

García Salve, ex-padre católico, foi acusado de injuriar o rei, através de um artigo de sua autoria, no qual criticava a prerrogativa real de concessão de indultos.

A dureza desta sentença em contradição clara com a brandura manifestada pelos tribunais espanhóis nos pro-

cessos movidos contra os agrupamentos fascistas mostrou o carácter revanchista de certos juizes espanhóis.

Perante tão injusta sentença a CGTP - Intersindical Nacional exige a sua revogação e a imediata libertação do camarada García Salve.

Sobre o mesmo assunto a CGTP-IN enviou uma mensagem de solidariedade às CC.OO e telegramas de protesto ao primeiro-ministro e ao ministro da Justiça de Espanha.

CGTP-IN ENVIU CONDOLÊNCIAS POR OCASIAO DA MORTE DO PRESIDENTE TITO



O Secretariado Nacional da CGTP-IN enviou o seguinte telegrama de condolências pelo falecimento do presidente Tito, ao presidente do Conselho da Confederação dos Sindicatos da Jugoslávia, Mika Spiljak:

«Com profunda consternação tomámos conhecimento do falecimento do presidente Josip Broz Tito.

«O desaparecimento de Josip Broz é uma grande perda para os trabalhadores e para os povos da Jugoslávia, para os trabalhadores em geral e para toda a humanidade progressista.

«Os trabalhadores portugueses, saúdam comovidamente a memória do dirigente operário e sindical, do insigne estadista, do grande resistente antifascista e anti-imperialista e do combatente da Paz, que foi o presidente Josip Broz Tito.

«Neste momento de dor para todos, estamos certos que os trabalhadores e todo o vosso povo, fiéis à herança do presidente Tito, redobrarão de esforços, para construir um futuro ainda mais próspero e mais radioso para o vosso país.

«Em nome dos trabalhadores portugueses, da CGTP-IN e de todo o Movimento Sindical unitário, recebam as nossas mais sentidas condolências».

Morreu PIOTR PIMENOV

secretário do Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos



Nasceu em 16 de Janeiro de 1915 em Volgogrado, de família operária. Começou a trabalhar aos 14 anos na fábrica de tratores «Volgogrado», como aprendiz de torneiro. Terminou os seus estudos em mecânica em 1940.

Era membro do PCUS desde 1943. Durante a Segunda Guerra Mundial trabalhou como engenheiro construtor na Empresa de Defesa Nacional, participando assim activamente no grande esforço do povo soviético para repelir a agressão nazi-fascista e derrotar as tropas hitlerianas. Piotr Pimenov foi presidente do Comité Sindical de empresa e membro do Presidium do Comité Sindical da indústria de armamento da URSS.

Este destacado dirigente sindical soviético foi chefe do Departamento Internacional do Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos, em 1961 eleito secretário da FSM em 1963 secretário do Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos.

Piotr Pimenov foi várias vezes membro suplente do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética e várias vezes deputado ao Soviet Supremo. O camarada Pimenov agora falecido foi ainda um destacado dirigente do Movimento Sindical

Internacional, tendo sido, durante vários anos, membro do Conselho de Administração do BIT.

Por ocasião do recente falecimento de Piotr Pimenov, secretário do Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos e membro do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho, o Secretariado Nacional da CGTP-IN enviou um telegrama de condolências ao presidente do Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos.

«Ao tomar conhecimento — pode ler-se no telegrama — da dolorosa notícia do desaparecimento do saudoso camarada Piotr Pimenov, prestigiada figura do Movimento Sindical Internacional, ao qual consagrou toda uma vida de fervoroso combatente revolucionário, o Secretariado Nacional da CGTP-IN apresenta as suas mais sentidas condolências ao Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos e à família enlutada.

«Sentimos profundamente tão irreparável perda — prossegue o documento — consideramos que o camarada Pimenov é um notável exemplo de militância a apontar à classe. Comovidas saudações fraternais».

Delegação da CGTP-IN no II Congresso das C.C.O.O. da Catalunha

Realizou-se de 20 a 22 de Junho, em Barcelona, o II Congresso das Comissões Obreras (CC.OO) da Catalunha.

A CGTP-IN fez-se re-

presentar por uma delegação da União dos Sindicatos de Setúbal, conduzida por um elemento do seu Secretariado, o camarada Hernâni Oliveira.



Solidariedade com os Açores

Por iniciativa da Associação dos Originários de Portugal, foi proposta, em Janeiro de 1980, a cerca de duas dezenas de associações de emigrantes portugueses da Região Parisiense, uma Campanha de

Auxílio às vítimas do sismo que no primeiro dia deste ano abalou os Açores.

Elegeram-se uma Comissão de três membros de associações, que se encarregaram da recepção do dinheiro e do seu envio

à CGTP - Intersindical Nacional, que, por sua vez, se responsabilizou pelo encaminhamento do dinheiro para os Açores, no total de 1080 contos.

Fizeram parte dessa Comissão; João Rodri-

gues, pela Associação dos Originários de Portugal; António Ferreira Francisco, pela Associação Cultural Portuguesa, de Fontenay-sous-Bois; e António Guarda, pela Associação Portuguesa de Paris 17.º bairro.

Repressão no Chile

«O regime terrorista de Pinochet acaba de condenar a 541 dias de prisão o presidente da Federação Nacional de Trabalhadores Metalúrgicos do Chile, juntamente com mais quatro dirigentes sindicais metalúrgicos chilenos.

As penas a que estes dirigentes estavam sujeitos de acordo com a legislação mussoliniana em vigor no Chile era de 541 dias a 5 anos de prisão, porque cometeram o «crime» de mobilizarem os trabalhadores na defesa dos seus interesses imediatos face às multinacionais, ao patronato nacional e à ditadura.

Apesar da repressão continuar a ser patente em mais esta decisão arbitrária e injusta do poder judicial chileno, a verdade é que, e graças aos protestos nacionais e internacionais a pena aplicada foi a mínima, o que vem provar o carácter reaccionário e ilegal de tais penas.

A F.S.M.M.M.P. vai continuar a exigir o respeito pelos mais elementares direitos dos trabalhadores chilenos e a libertação imediata dos dirigentes presos. Ao mesmo tempo vai concretizar toda a ajuda material possível, para com a Federação chilena, dando-se assim corpo à solidariedade de classe e internacionalista dos metalúrgicos portugueses.

Merecida homenagem

Foram condecorados, em 10 de Junho de 1980, em nome do senhor Presidente da República Portuguesa, General Ramalho Eanes, pelos serviços prestados a favor dos

emigrantes portugueses em França, os nossos compatriotas e antifascistas João Rodrigues, Aguiñaldo dos Santos e Aníbal Almeida, residentes há largos anos naquele país.

Solidariedade com a Central Operária boliviana

Face às recentes ameaças de golpe militar na Bolívia o Secretariado Nacional da CGTP-IN, em telegrama enviado à sua congénere boliviana (COB), manifesta seguir com crescente preocupação a evolução da situação política naquele país, ao mesmo tempo que afirma

estar «ao lado dos heróicos trabalhadores bolivianos e da sua Central Operária, que uma vez mais saberão derrotar os planos reaccionários dos militares de direita e do imperialismo».

E a concluir: «O povo boliviano sairá vitorioso deste momento crucial da sua História».

ACÇÃO DE FORMAÇÃO TEATRAL (II FSTA)

"Depois do que se aprendeu... dá vontade de começar de novo"

O Grupo Cénico do Sindicato dos Transportes Urbanos de Lisboa (TUL), tem mais de 30 anos de actividade e é constituído presentemente por 27 elementos.

Este foi um dos grupos presentes no II Festival Sindical de Teatro de Amadores (zona de Lisboa), onde apresentou uma peça da autoria dum trabalhador da Carris (Francisco Ramires, guarda-freio), intitulada A FILHA DO PROLETÁRIO.

JOSÉ CARLOS, JORGE NEVES e HELENA ESPADA, membros do grupo e participantes na Acção de Formação Teatral que a organização do FSTA promoveu, no passado mês de Maio, para os grupos que se apresentaram no Festival, depõem sobre a experiência adquirida na referida realização.

ALAVANCA - Quais as vossas impressões acerca da acção de Formação Teatral, integrada no II FSTA?

A - E quanto à Acção de Formação?

José Carlos - Foi uma realização muito rica e pouco o tempo para se absorver tanto, tendo em conta que nós, nos grupos amadores, trabalhamos geralmente com poucos conhecimentos de teoria, com muita falta de preparação. Pensamos que para se poder tomar tudo isso mais sólido e fazer evoluir o nosso trabalho, era interessante manter contactos com pessoas que nos possam dar preparação, como, por exemplo, os orientadores da Acção de Formação.

A - Entre sessões técnicas, práticas e debates com elementos dos grupos profissionais, o que vos pareceu mais importante para o vosso trabalho? Porquê?

Helena Espada - Eu posso dizer que, por razões pessoais, só tive possibilidades de participar no 1.º dia, quando se exemplificou a caracterização, na parte prática, e achei extraordinário: adquirimos muitos conhecimentos sobre material que podemos utilizar e modos de fazer caracterização. Foi muito útil. Esperamos que haja mais acções destas, para que seja possível, pelo menos aos que agora lá não foram, uma experiência idêntica.

A - E como procuram vocês agora transmitir aos restantes membros do grupo a experiência que tiveram, a vossa aprendizagem?

JN - Tencionamos começar com a exemplificação do que aprendemos na preparação e representação do pequeno «sketch» que apresentámos no fim daquela semana, para discutirmos a partir daí: a encenação, os vários aspectos; para tentarmos pôr em prática, o mais possível, aquilo que aprendemos.

Eu ando no teatro amador há mais de 20 anos (comecei aos 14 como figurante nos Combatentes), e aprendi praticamente mais naquela semana do que nestes anos todos.

A - Projectos de trabalho do Cénico do TUL, para o futuro próximo?

JN - Depois do que se aprendeu, dá vontade de «começar de novo»...

JC - Como quem volta ao princípio... mais do que

técnicas, há a questão da participação na encenação, a participação democrática, o encontro das soluções em conjunto. Não temos trabalhado assim mas temos muita vontade disso.

HE - Já fizemos uma experiência, precisamente com o Delfim Brás, do TNT (Teatro do Nosso Tempo), que encenou A FILHA DO PROLETÁRIO.

JC - Mas ele levou-nos a isso e não reflectimos sobre o método de trabalho; a Acção de Formação levou-nos a reflectir e desejamos encaminhar a

tembro deslocar-nos facilmente às empresas com os nosso espectáculos.

O Cénico dos TUL é subsidiado pelo sindicato respectivo, que paga também despesas de deslocação; as deslocações são frequentes, a pedido de organizações populares. Existem na empresa facilidades de horário para os trabalhadores que pertencem ao Grupo Cénico ou ao Grupo Desportivo.

Os trabalhadores do grupo de teatro ensaiam



Na sala do Cénico dos TUL - grupo falam para a ALAVANCA

nossa prática nesse sentido.

JN - Depois das férias, recomeçamos.

JC - Temos, em alternativa, três peças, uma das quais também da autoria do Ramires, FASCISMO NA EMPRESA.

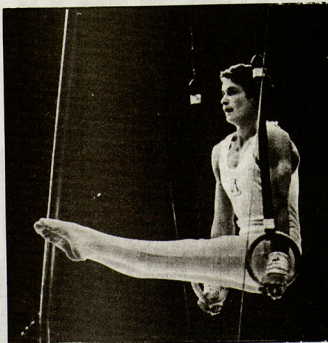
3 HE - Tencionamos, em qualquer dos casos, fazer esta peça, que fala das lutas dos trabalhadores na nossa empresa, antes do 25 de Abril.

JC - Estamos entretanto com um trabalho em curso, de execução de cenários de fácil transporte, para podermos a partir de Se-

três vezes por semana, apesar das dificuldades, com vários deles residindo fora de Lisboa, com alguns trabalhadores estudantes; como dizia a Helena, no entanto, «isto funciona, já faz parte da nossa vida».

A CGTP-IN, promovendo a ocupação de tempos livres dos trabalhadores, tem dado (também) à actividade teatral destes, a atenção, o incentivo e o apoio que os meios materiais ao seu alcance permitem; o FSTA é uma das formas que reveste esse incentivo e esse apoio.

**NA MIRA
DO IMPERIALISMO...
SABOTAR
AS OLIMPIADAS-80
É ATACAR
A SOCIEDADE
DO FUTURO**



As Olimpíadas-1980 estão na ordem do dia, quer pela sua importância no movimento desportivo mundial de alta-competição, quer pelo facto de se realizarem pela primeira vez em terra socialista.

E é fundamentalmente por isto que a reacção internacional com sede na Casa Branca de Carter se tem esmerado em apupos de toda a ordem, utilizando os mais baixos argumentos para tentar diminuir a importância e repercussões de tal acontecimento que se deseja e prevê o maior dos convívios desportivos da nossa Era. A candidatura da União Soviética a tão pesada quanto onerosa organização representa o cumular de grandes acções de apoio e desenvolvimento ao desporto de massas que tem na alta competição a sua expressão máxima. A Educação Física e o Desporto ocupam um papel relevante nas acções cultu-

rais da URSS planificadas a todos os níveis.

O artigo 24.º da Constituição Soviética, aprovada em 1977, refere que «o Estado contribui para o desenvolvimento em massa da educação física e do desporto», associando-se nos artigos 20.º, 24.º e 25.º, as tarefas de saúde pública, de educação e do desenvolvimento multilateral da personalidade.

Não é em vão que, por exemplo em 1978, o orçamento do Estado destinou a elevada verba de 12,6 bilhões de rublos para a saúde pública e a educação física.

Por outro lado, a duração média de vida do cidadão soviético, aumentou desde a Revolução de Outubro de 1917 de 31 anos para 65 anos, para o homem, e de 33 para 74 anos, para a mulher. Este é certamente o atestar de uma autêntica «vida sã em corpo sã» que cada soviético pode usufruir

Entretanto a Constituição da URSS garante expressamente ao cidadão o direito de praticar desporto. No artigo 41.º, onde se aponta o seu direito ao descanso, é dito que este é garantido pelo «desenvolvimento do desporto de massas, da educação física e do turismo».

Por toda a parte, grande número de instalações desportivas do mais variado tipo, desde pequenos recintos para utilização dos amadores da zona até aos maiores e mais apetrechados complexos desportivos. Existem na URSS 3282 estádios para 11,4 milhões de lugares sentados, mais de 66 mil giná-

sios, 1435 piscinas, 19 mil campos de tiro, 6600 bases de esqui e 100 mil campos de futebol.

Saliente-se que entre as modalidades apontadas como ao alcance de qualquer cidadão soviético, algumas são, no nosso país, como em muitos outros, privilégio para meia dúzia de pessoas com poder de compra, casos concretos, do tiro, do esqui e do hípismo.

Aí, cerca de 300 mil treinadores profissionais, além de mais de 6 milhões de outros animadores desportivos, por iniciativa própria e gratuitamente, enquadram as actividades por todo o país.

Entretanto, os praticantes interessados contribuem com a verba simbólica de 30 Kopeks, por ano (o equivalente ao preço de um maço de cigarros) para o clube, estando as despesas de organização de competições, transportes, alojamento e alimentação a cargo do Estado, das organizações sociais e também dos sindicatos.

Tendo todas estas condições em presença, os comités desportivos, bem como os organismos oficiais ligados à educação, desenvolvem o interesse dos jovens pela importância do desporto, através de um acompanhamento racional, com aulas nas escolas, nas colónias de férias e nas áreas habitacionais, sendo dispensado a tais assuntos, longo tempo e espaço nos órgãos de Comunicação Social.

Mas por quem são coordenadas todas as acções dinamizadoras e formativas?

Por um organismo de Estado, denominado Comité de Educação Física e do Desporto, cuja tarefa fundamental é a de concretizar um programa cientificamente fundamentado de educação física, para os mais diversos escalões etários, além da preparação dos desportistas que, a partir das suas capacidades, enveredem pelo caminho da alta competição.

No referido Comité estão também representados os sindicatos. Qual é, pois, o papel desempenhado pelos sindicatos no desporto soviético?

Sendo a maior organização de massas da URSS, os Sindicatos agrupam 125 milhões de trabalhadores, dos quais, 31 milhões estão ligados às Associações Desportivas Voluntárias, por si criadas. Estas, englobam clubes desportivos, formados pelos colectivos de educação física dum ou de alguns ramos afins da produção.

Muitos dos atletas nesses enquadros têm altas graduações desportivas, além de terem sido campeões nacionais e até do Mundo.

Recordem-se entre outros, os nomes dos ginastas, Nikolai Andrianov e Nelli Kim, do velocista Bondartchuk e do halterofilista Alexeiev.

A direcção-geral das actividades daquelas associações, à escala nacional, é exercida por um Conselho Nacional, a funcionar em Moscovo, junto ao Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos, órgão responsável por algumas grandes competições nacionais e internacionais, promovendo o intercâmbio e a solidariedade com equipas e clubes operários de muitos países.

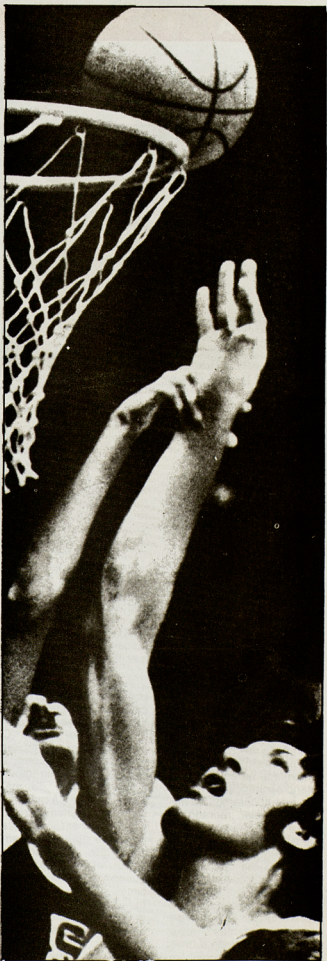
Por tudo isto, o número de soviéticos que se dedicam ao desporto, dos diversos níveis e idades, é cada vez maior. Como resultante, os que atingem a alta competição são mais e melhores, ano após ano. Em cada olimpíada realizada, a bandeira e o hino soviéticos, bem como o de outros países socialistas, têm marcado presença mais numerosa nas cerimónias de consagração.

As medalhas de ouro, prata ou bronze, com que os atletas são galardoados, homenageiam, afinal, um projecto político cujos ramos educacionais e sociais têm produzido cada vez melhores frutos.

Por isso mesmo os soviéticos são o alvo das atenções mundiais, incapazes estas de se confrontar sem a deturpação e a calúnia.

Deneigrar os Jogos Olímpicos em Moscovo e tentar mudá-los de local, não é, mais, uma derivante dos acontecimentos no Afeganistão ou na «China-marca», mas tão-somente o ataque imperialista à sociedade do futuro.

ÁLVARO ESTEVES



A LINGUAGEM ARTÍSTICA DO FILME (9)



Luchino Visconti. «A Terra Treme»

A definição de plano sequência está intimamente ligada à compreensão da noção de profundidade de campo no plano (Consultar (7) e (8) de «A linguagem artística do filme»). Sabemos já que quem empregou pela primeira vez com grande expressividade e eficácia a noção de profundidade de campo na estrutura do plano sequência foi Orson Welles, em «O Mundo a Seus Pés». A partir daí a influência do realizador americano foi decisiva para a evolução do cinema moderno tanto nos Estados Unidos como na Europa.

Contudo há que precisar dois pontos importantes: em primeiro lugar a profundidade de campo não é um processo usado exclusivamente na estrutura do plano sequência. O exemplo que apontamos no número anterior, retirado de «Que Viva México» de Eisenstein é neste sentido muito significativo. A este propósito há ainda que chamar a atenção para o facto de que a profundidade de campo, para além da sua função expressiva e dramática, tantas vezes aqui referida, pode e deve ser entendida também

como um processo técnico fotográfico. Quer isto dizer, que existe profundidade de campo num plano, quando todos os personagens (ou objectos) que se distribuem nas sucessivas zonas do espaço do plano se apresentam absolutamente nítidos sendo todos claramente compreendidos pelo espectador. Basta que os personagens ou objectos do fundo do plano estejam esbatidos, de contornos imprecisos, isto é, desfocados, para que a profundidade de campo perca significado ou deixe mesmo de existir.

Em segundo lugar, o plano sequência não é unicamente construído na base da utilização da profundidade de campo. O plano sequência é muitas vezes concebido como a acção apoiada no movimento contínuo da máquina de filmar. A máquina de filmar nunca pára e move-se incessantemente por entre as diversas acções que constituem a acção total do plano sequência. E a máquina de filmar ora se movimenta para a frente, ora para trás, ora para cima, ora para baixo, ou então para os lados, tudo isto de acordo com a necessidade da ac-

Ainda sobre a profundidade de campo

ção. Muitas vezes, acontece que estes complicados movimentos da máquina de filmar com sucessivas paragens, se combinam com a profundidade de campo. É evidente que este processo de conceber o plano sequência cria uma linguagem sugestiva e dinâmica. Se Orson Welles, mais uma vez, sistematizou brilhantemente nos seus filmes esta concepção do plano sequência, não podemos esquecer experiências anteriores muito importantes, das quais destacamos a título de exemplo, as do genial realizador francês Jean Renoir, nomeadamente nos seus filmes «O Crime do Sr. Lange» e «A Regra do Jogo».

Mas voltemos de novo à profundidade de campo e ilustremos a nossa exposição sobre o assunto, para finalizar, com um outro exemplo que consideramos muito importante e significativo que é extraído do notável filme de Luchino Visconti «A Terra Treme», primeira parte de uma trilogia incompleta sobre os trabalhadores da Sicília de que em tempos já aqui falámos nas páginas da «Alavanca». «A Terra Treme» relata a luta dos pescadores sicilianos

contra a exploração dos armadores e intermediários. Essa luta, com todas as suas contradições, é simbolizada no filme pelo drama que afecta a família Valastro. O fotograma que inserimos nesta página pertence a um belíssimo plano de «A Terra Treme».

Nesta exemplar composição nós vemos Ntoni, o chefe da família Valastro, numa atitude de reflexão, onde se espelha a ansiedade. Ele procura uma solução que lhe permita fugir à exploração dos armadores, ainda que a solução que ele vai encontrar por agora não seja a mais justa. Essa ansiedade é acompanhada pela expectativa dos seus familiares, que vemos colocados mais atrás em profundidade de campo. O que ressalta neste plano é a grande qualidade plástica da sua composição em conjugação com a carga dramática da sua acção. E se compararmos com os exemplos do número anterior poderemos verificar que Visconti faz uma brilhante síntese das concepções de profundidade de campo de Eisenstein e de Orson Welles.

DAVID LOPES

es
-
as
é
lo
ia
ue
na
no
».
si-
o
ro,
o,
e-
o-
gir
o-
ao
or
is
é
c-
os,
ais
de
ta
de
ua
ão
da
a-
os
le-
is-
in-
de
de
el-



ES

